

## **O ENSINO DE HISTÓRIA DA ÁFRICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: REPRESENTAÇÕES E ESTEREOTIPIAS**

Alexandra da Cruz de Nantes.<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho analisa o Ensino de História da África na educação básica, identificando quais representações de África embasam as abordagens acerca desta temática, as quais, em geral, são construídas com base em preconceitos e estereótipos diversos. Nestas representações o continente africano é representado como um todo homogêneo, primitivo e selvagem, ignorando a diversidade no que tange as suas práticas, costumes e subestimando a contribuição das sociedades africanas para a história da humanidade. Este trabalho, ainda em andamento, é parte integrante de uma pesquisa maior, intitulada A África a partir das representações, coordenada pelo Prof. Dr. Ivaldo Marciano de França Lima, professor adjunto do colegiado de História da UNEB, campus II, e integrante do GT nacional de História da África da ANPUH.

**Palavras chave:** África; Ensino; Representações.

### **A construção das representações da África no decorrer dos tempos**

Por muito tempo a historiografia ocultou a contribuição dos diversos povos do continente africano na constituição do patrimônio histórico e sociocultural da humanidade. Sua história foi relegada ao esquecimento ou, na melhor das hipóteses, lhe foi conferida uma relevância secundária, pois “a historiografia privilegiou o entendimento da Europa e da América, concedendo uma pequena atenção, pelo menos até pouco tempo atrás à África”.<sup>2</sup> Tal fato se deve, em grande medida, aos postulados positivistas que defendiam só ser possível o registro da história de qualquer sociedade a partir de fontes escritas, impedindo, desta forma, que a história da África fosse contada a partir de suas próprias dinâmicas sociais, históricas e culturais. Esta, portanto, figurava sempre vinculada como um capítulo a parte, um simples apêndice da história europeia. Sendo, pois, a África “incapaz” de escrever sua própria história, dada a

escassez ou inexistência de fontes escritas em algumas regiões do continente e em alguns períodos da história, restou-lhe as percepções externas, o olhar do outro sobre ela, em geral, cheio de estranheza.

Assim, toda sorte de representações e estereótipias foram construídas acerca do continente africano, escondendo do mundo sua real história. Para M’Bokolo

(...) o fato de que os primeiros que escreveram a História da África tenham sido estrangeiros – árabes e europeus – não deixa de ter consequências ulteriores da historiografia africana e sobre a excepcional vitalidade de algumas lendas, mais negras do que douradas.<sup>3</sup>

Neste sentido, as imagens mais comuns que se tem da África se constituíram com base em ideias etnocêntricas, concebendo-a como um lugar atrasado, inculto e selvagem, território da barbárie e da selvageria ou supervalorizando o seu papel de “vítima” do tráfico de escravos e da exploração imperialista europeia. Pois, como afirma Fage “os primeiros trabalhos sobre a história da África são tão antigos quanto o início da história escrita”.<sup>4</sup> Entretanto, muito do que se conhece da África hoje, contém resquícios das ideias difundidas nos séculos XIX e XX, sobretudo por ter sido nestes períodos que as representações forjadas sobre este continente servir de justificativa para as intervenções das potências europeias em solo africano.

A partir do século VII os tráficos negreiros, sobretudo o árabe-muçulmano e o atlântico (este último mais notadamente), convergiram para a construção de representações distorcidas sobre as populações africanas. Pois,

(...) a escravatura foi uma prática de todas as sociedades humanas num momento ou outro da sua história, nenhum continente conheceu, durante um período tão longo (séculos VII-XIX), uma sangria tão contínua e tão sistemática como o continente africano. Pois, aquilo que torna a África específica é, ainda mais que a escravatura, o tráfico de escravos, quer dizer o comércio regular dos seres humanos reduzidos à escravatura para serem vendidos, realizando-se o conjunto da operação por meio do recurso de uma violência sem precedentes.<sup>5</sup>

No século XIX, quando “a atividade de conhecer passa a ser reconhecida como um privilégio dos que são considerados mais capazes, sendo-lhes, por isso, conferida a

tarefa de formular uma nova visão do mundo, capaz de compreender, explicar e universalizar o processo histórico”, as sociedades africanas, sobretudo as que constituem a região que se convencionou chamar de África Negra, foram vistas como a-históricas.<sup>6</sup> Tanto do ponto de vista da produção historiográfica, conforme citado anteriormente, por defesa da ideia de que a ausência ou escassez de fontes escritas impossibilitava a escrita da história dessas sociedades, quanto no que se refere ao dinamismo histórico o continente africano era concebido como espaço encerrado no imobilismo. E neste sentido,

(...) os povos africanos, por serem classificados como tradicionais – privilegiariam a 'continuidade' de seus costumes e organizações sociais – e por serem em grande parte iletrados, estariam fadados a um eterno imobilismo e impossibilitados de resgatar seu passado.<sup>7</sup>

Em razão da imagem da passividade histórica africana "havia uma recusa a considerar o povo africano como criador de culturas originais que floresceram e se perpetuaram, através dos séculos, por vias que lhes são próprias" (M'BOW In: KIZERBO, 2010, p. XXI) e, portanto o desenvolvimento das mais diversas técnicas e de qualquer forma de conhecimento de modo geral eram tidos como exógenos ao continente.

As representações acerca do continente africano vão encontrar na ciência a legitimidade necessária para justificar a ação colonialista europeia.<sup>8</sup> Baseado nas ideias da teoria da evolução proposta por Charles Darwin, o Darwinismo social se utilizou dos conceitos biológicos de evolução e adaptação para explicação das diversas sociedades.<sup>9</sup> De acordo com essa corrente de pensamento, em seu processo de desenvolvimento todas as sociedades humanas seguiriam os mesmos estágios evolutivos, partindo da forma mais simples de organização social até atingirem o ápice da civilização, cujo modelo era representado pelas sociedades europeias. Assim, todo grupo humano que se encontrasse num “estágio inferior” ao das sociedades da Europa (neste caso as populações africanas) devia destas receber as benesses da "civilização". Por sua vez, o racialíssimo, consubstanciado nas teses poligênicas, dividiu a humanidade em raças estanques, hierarquizando-as ao estabelecer uma escala de valores entre estas e, sobretudo, ao relacionar características biológicas às qualidades psicológicas, morais e intelectuais, que definiriam a capacidade de evolução e de organização social de cada uma das supostas raças.

Neste período, a Antropologia se consolida como ciência e desencadeia uma série de estudos que objetivam compreender a origem das diferenças entre as sociedades humanas. Torna-se comum o estudo das sociedades ditas “primitivas”, sobretudo, a partir da perspectiva evolucionista. A partir desses estudos, “categorias como primitivo, selvagens e tribais foram empregadas em larga escala para servir de referência explicativa e de classificação para os africanos”, contribuindo para a disseminação da imagem de inferioridade dessas sociedades.<sup>10</sup>

Percebe-se, portanto, o quanto essas doutrinas foram utilizadas para reforçar a superioridade das sociedades europeias e, portanto, justificar a política imperialista que inseriu o colonialismo no continente africano neste período. Pois seja no quesito da evolução da sociedade ou na capacidade nata de organizar-se política e socialmente, as populações europeias (ou branca!) encontravam-se sempre no topo, devendo passar seu legado aos que ainda não tinham "evoluído". Isto tudo, é claro, sob o módico preço de algumas “poucas” matérias primas e riquezas minerais... Esse argumento foi decisivo para justificar as invasões perpetradas pelas potências europeias no continente africano. Tal episódio ficou conhecido como “partilha”, sendo ainda hoje assim definido nos livros didáticos e boa parte da literatura especializada sobre o tema.<sup>11</sup>

Com o fortalecimento dos processos de independência e o crescimento das pesquisas históricas acerca do continente africano e de suas populações, a partir da segunda metade do século XX, passa-se a pensar a o mesmo sob outra perspectiva, que buscava

(...) o reconhecimento da importância do papel da África na história da humanidade e tentava desconstruir os olhares preconceituosos/ racistas e as imagens negativas elaboradas até então sobre os africanos e as populações afro-americanas (...) esses estudos passaram a ser utilizados com uma intensidade desconcertantes na invenção de uma nova imagem dos africanos, contribuindo de forma inconfundível no quadro de redefinição da auto-estima e da inserção político social das populações africanas e afro-americanas, em África, nas Américas e na Europa<sup>12</sup>

Viu-se, portanto, uma inversão de conceitos: o afrocentrismo. Nesta nova ótica defendia-se agora a superioridade africana. Todavia, a partir dessa abordagem origina-se o culto a vitimização reforçando a imagem da passividade dos africanos em detrimento de sua atuação histórica.<sup>13</sup> Por outro lado é nesse período que se constrói a ideia da unidade africana e da crença de que todo negro é descendente de africanos.<sup>14</sup> Os intelectuais integrantes deste movimento postulavam o nacionalismo africano, ou seja, que a mudança do *status quo* das sociedades africanas só seria viável a partir da efetivação da unidade política natural destas sociedades, haja vista, ser a África a pátria, o berço de um povo único – negro. Por esta razão propõem a criação de um Estado unificado africano.

Cabe destacar, no entanto, que apesar das revisões sobre o conhecimento da África e da ruptura com o euro centrismo hegemônico, que se desenvolvem a partir do século XX, na mentalidade das grandes massas, as representações estereotipadas sobrevivem e se reafirmam constantemente. A análise das representações forjadas ao longo dos séculos é demasiado complexa para que se esgote num trabalho desta natureza. Todavia, buscou-se aqui, discorrer brevemente sobre as mais recorrentes, que possibilitarão compreender a discussão acerca do ensino de História da África que será esboçado a seguir.

### **As representações da África no ensino**

Do mesmo modo que ocorre com a historiografia, a África e a contribuição de suas diversas sociedades para o patrimônio histórico e cultural da humanidade ficaram à margem dos currículos brasileiros e, portanto das salas de aulas em todos os níveis de ensino.<sup>15</sup> Entretanto, nas últimas décadas o ensino de História da África vem tornando-se cada vez mais recorrente, sobretudo, na educação básica, onde ela jazia “adormecida”. Essa mudança se deve, em grande medida, à promulgação da Lei 10.639/03, que representa uma inegável conquista no plano da inserção dentre os conteúdos escolares das múltiplas experiências históricas, das quais foram atores os povos da África.<sup>16</sup> Mesmo com a regulamentação do ensino da História da África a

partir da promulgação da referida Lei, percebe-se que o não-cumprimento do dispositivo legal ou abordagens simplistas e deturpadas do tema ainda são eminentes em algumas escolas. Representações construídas, em geral, a partir da percepção exterior, assentadas em mitos e preconceitos diversos romperam a barreira do tempo, foram reformuladas, incorporaram novos esquemas e confluíram para o desenho da imagem da África que nos chegam até hoje pelos mais diversos mecanismos, incluindo nesse rol, as práticas pedagógicas dos professores. Assentadas em representações e estereótipos construídos historicamente acerca dos povos africanos que relacionam valores morais aos atributos físicos, bem como sobre o próprio continente, concebido frequentemente como “primitivo” e/ou acometido por inúmeras moléstias, o ensino de História da África retroalimenta estereótipos, perpetuando os discursos cristalizados. A África presente no imaginário desses professores é povoada por tribos, caracterizada pelo atraso cultural, que precisa da intervenção externa, uma vez que a mesma é incapaz de se autogovernar. É a África exótica, dos animais selvagens, recobertas por densas florestas ou imensos e intransponíveis desertos. É também, a África marcada pelo estigma da fome, da miséria, dos conflitos sociais e da AIDS.<sup>17</sup> Subjaz, ainda a ideia de que todos os negros, indubitavelmente, são descendentes de africanos e por conseguinte de escravos, dentro da ótica que resume a história do continente africano ao episódio da escravidão e do tráfico atlântico.<sup>18</sup>

Essa situação persiste, pois muitos professores ainda não foram instrumentalizados para responder a nova demanda que foi gerada a partir da promulgação da lei supracitada, uma vez que as ações formativas específicas para o trabalho com a temática em questão não atingiram de forma contundente a todos os professores. Sobre esta questão, observe-se também que quando há o acesso a alguma atividade de formação, esta nem sempre lhe traz os subsídios necessários para repensar as próprias representações de África existentes entre os professores e professoras da rede municipal. O que dirá as representações recorrentes na sociedade?

Sem formação adequada, com pouco ou nenhum acesso a outras visões sobre o continente africano, as estereótipos presentes nas representações dos professores, embasam sua prática pedagógica, retroalimentando preconceitos, distorções e visões equivocadas de um continente que é plural. Pois, parafraseando Anderson Oliva, não é possível ensinar aquilo que não se sabe.

## Algumas considerações importantes

Tendo em vista que o presente trabalho é parte de uma pesquisa em andamento, as observações aqui colocadas não são conclusivas, representam uma primeira análise da forma como se configura o ensino de História da África em algumas unidades de ensino. Salienta-se a emergência de incluir efetivamente nos currículos e nas práticas escolares a história destes povos, negadas por muito tempo. Neste contexto, faz-se necessário instrumentalizar os professores para que ao discutir na sala de aula qualquer aspecto relativo à África e suas populações, que estas sejam vistas como sujeitos históricos, atores sociais e não como grupos humanos passivos às situações por eles vivenciadas. O estudo do continente africano deve ser ampliado para além dos aspectos físicos e geográficos e da visão que considera exóticos tais elementos. É preciso compreender a África não como uma, mas múltipla.

Ressalta-se, que os aspectos apresentados neste trabalho não são generalizantes, haja vista a existência de propostas sistemáticas e a realização de projetos didáticos, e ações bem sucedidas acerca do tema em questão.

---

<sup>1</sup> Alexandra da Cruz de Nantes; Graduanda do curso de licenciatura em História, UNEB, Campus II; e-mail: [alezinhanantes@hotmail.com](mailto:alezinhanantes@hotmail.com).

<sup>2</sup> OLIVA, Anderson Ribeiro. Visões da África: Leituras e interpretações acerca da religião dos Orixás, na África Ocidental. Brasília: Universidade de Brasília, 2002. p. 11

<sup>3</sup> M'BOKOLO, Elikia. África Negra – História e civilizações. (Tomo I) Casa das Áfricas/Edufba, 2009, P. 49.

<sup>4</sup> FAGE, J. D. A evolução da historiografia africana. In: KI\_ZERBO, Joseph (Org). História Geral da África, Vol I – metodologia e pré-história da África. Brasília: UNESCO/ MEC, 2010, p. 1.

<sup>5</sup> M'BOKOLO, Elikia. África Negra – História e civilizações... P. 209.

<sup>6</sup> HERNANDEZ, Leila Leite. A África na sala de aula. Visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005.

<sup>7</sup> OLIVA, Anderson Ribeiro. Visões da África... p. 23

<sup>8</sup> Sobre as representações construídas por viajantes, missionários e comerciantes, ver: HERNANDEZ, Leila Leite. A África na sala de aula. Visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2005, especialmente o capítulo 02. Sobre os viajantes, ver também: GEBARA, Alexsander Lemos de Almeida. A África de Richard Francis Burton. Antropologia, política e livre-comércio, 1861 – 1865. São Paulo: Alameda, 2010; RICE, Edward. Sir Richard Francis Burton. O agente secreto que fez a peregrinação a Meca, descobriu o Kama Sutra e trouxe As mil e uma noites para o ocidente. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

<sup>9</sup> A melhor definição para o darwinismo social que encontrei até o presente momento está em PEREIRA, Amauri Mendes. *Por que estudar a história da África?* Cadernos CEAP, Rio de Janeiro: 2006, p. 12: (...) Transposição acrítica da teoria da evolução das espécies, do naturalista inglês Charles Darwin, para o plano da evolução humana. Sobre o darwinismo social no Brasil, ver também: DOMINGUES, Heloisa Maria Bertol; SÁ, Magali Romero, GLICK, Thomas (orgs). A recepção do darwinismo no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003; CARULA, Karoline. *A tribuna da ciência*. As conferências populares da

---

Glória e as discussões do darwinismo na imprensa carioca (1873 - 1880). São Paulo: Annablume/FAPESP, 2009.

<sup>10</sup> OLIVA, Anderson Ribeiro. Lições sobre a África: diálogos entre as representações dos africanos no imaginário ocidental e o ensino da História da África no mundo atlântico (1990-2005). Brasília: Universidade de Brasília, 2007, p. 69. Sobre a Antropologia deste período, ver também: CASTRO, Celso. *Evolucionismo cultural. Textos de Morgan, Tylor e Frazer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

<sup>11</sup> Sobre o conceito de “partilha”, Ki-Zerbo sugere utilizar o termo “roedura”. Nas aulas e diálogos com Ivaldo Marciano, pude perceber que o mesmo esboça uma crítica ao conceito de partilha, definindo-o como mais um mito científico, aludindo ao repertório conceitual de Elikia M’Bokolo. Sobre a “partilha”, ver: WESSELING, H. L. *Dividir para dominar - A partilha da África 1880 – 1914*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ Editora Revan, 1998; BRUNSWCHWIG, Henri. *A partilha da África negra*. São Paulo: Perspectiva, 2006; MACKENZIE, J. M. *A Partilha da África. 1880-1900*. São Paulo: Ática, 1994.

<sup>12</sup> OLIVA, Anderson Ribeiro. Lições sobre a África... p. 74

<sup>13</sup> Sobre esta questão, Ver: MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 23, nº 1, 2001. p. 177-209.

<sup>14</sup> Uma excelente discussão a esse respeito pode ser vista em: LIMA, Ivaldo Marciano de França. Todos os negros são africanos? Anais eletrônicos do XXVI Simpósio nacional da ANPUH, 2011. Texto disponível em: [http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1309546368\\_ARQUIVO\\_Trabalho\\_completoANPUHvaldo2011\[1\].pdf](http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1309546368_ARQUIVO_Trabalho_completoANPUHvaldo2011[1].pdf)

<sup>15</sup> Ver: OLIVA, Anderson Ribeiro. A história africana no curso de formação de professores: panorama, perspectivas e experiências. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, v.28, p. 187-219, 2006.

<sup>16</sup> Acerca da Lei 10.639/03 ver: LIMA, Ivaldo Marciano de França. Lei 10639: aspectos positivos e negativos da Lei. *Expresso 18. Caderno Cultural*. Ano II, nº 15, Novembro de 2011. Este artigo evidencia os ganhos inerentes à promulgação da referida lei, sobretudo no que se refere à visibilidade dada as questões que anteriormente estavam restritas as ações do movimento negro. Para além de apontar somente aspectos positivos, discute também como os paradigmas do pan-africanismo se fizeram presentes no dispositivo legal

<sup>17</sup> Não se quer negar, com essas observações, a existência destes elementos em algumas regiões do continente, todavia a África não deve ser resumida a esse quadro. Para uma boa discussão sobre os principais problemas do continente africano, bem como algumas de suas perspectivas futuras, ver: SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. *Memória D’África. A temática africana em sala de aula*. São Paulo: Cortez, 2007.

<sup>18</sup> Uma boa discussão, em que o autor enceta críticas a este aspecto, pode ser visto em: MBEMBE, Achille. As formas africanas de auto-inscrição. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 01, 2001, pp. 172 – 209.